

A Prova Digital no Processo Judicial

A *BLOCKCHAIN* E OUTROS CAMINHOS PARA OS TRIBUNAIS

2023

Ana Isa Dias Meireles

A PROVA DIGITAL NO PROCESSO JUDICIAL
A BLOCKCHAIN E OUTROS CAMINHOS PARA OS TRIBUNAIS

AUTORA

Ana Isa Dias Meireles

19 969 900

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Avenida Emídio Navarro, 81, 3D

3000-151 Coimbra

Tel.: 239 851 904 • Fax: 239 851 901

www.almедina.net • editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

PAPELMUNDE

Abril, 2023

ISBN

978-989-40-1154-5

DEPÓSITO LEGAL

513706/23

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do seu autor.

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| SOBRE A OBRA | 5 |
| NOTA DA AUTORA | 11 |
| PREFÁCIO <i>Maria Clara Calheiros</i> | 13 |
| PREFÁCIO <i>Fernando de Gravato Morais</i> | 15 |
| PREFÁCIO <i>Anabela Susana de Sousa Gonçalves</i> | 17 |
| SIGLAS E ABREVIATURAS | 19 |
| INTRODUÇÃO | 21 |
| CAPÍTULO 0 – O DIGITAL: A WEB 3.0, 5.0 E A BLOCKCHAIN (BREVE INTRODUÇÃO) | 31 |
| CAPÍTULO I – DA PROVA | 35 |
| § Nota Introdutória ao Capítulo I | 35 |
| 1. Breve origem histórica da prova | 35 |
| 2. A função da prova | 38 |

| | | |
|----------------------------------|---|-----|
| 3. | A importância da prova no âmbito do processo | 40 |
| 4. | Classificação metodológica da prova | 47 |
| 4.1. | Prova pré-constituída | 49 |
| 4.2. | Prova constituenda | 50 |
| 4.3. | Prova pessoal | 51 |
| 4.4. | Prova real | 51 |
| 4.5. | Prova direta | 52 |
| 4.6. | Prova indireta | 53 |
| 4.7. | Prova representativa | 54 |
| 4.8. | Prova indiciária | 54 |
| 5. | O ónus da prova | 55 |
| 5.1. | Regra geral | 56 |
| 5.2. | Exceções | 57 |
| 5.3. | A distribuição do ónus da prova | 59 |
| CAPÍTULO II – DOS MEIOS DE PROVA | | 61 |
| § | Nota introdutória ao Capítulo II | 61 |
| 1. | Dos meios de prova | 61 |
| 1.1. | Prova por confissão e por declarações de parte | 70 |
| 1.1.1. | A confissão | 71 |
| 1.1.2. | Dos depoimentos de parte | 74 |
| 1.1.3. | Das declarações de parte | 78 |
| 1.2. | Prova documental | 78 |
| 1.3. | Prova pericial | 83 |
| 1.4. | Prova testemunhal | 84 |
| 1.5. | Prova por inspeção | 86 |
| 2. | Da livre apreciação da prova pelo tribunal e do dever de fundamentação: um ponto de partida | 87 |
| 3. | Da impugnação da prova | 89 |
| CAPÍTULO III – DA PROVA DIGITAL | | 91 |
| § | Nota Introdutória ao Capítulo III | 92 |
| 1. | O Conceito de “Era digital” | 92 |
| 2. | A justiça na Sociedade Digital | 94 |
| 3. | A prova digital e os novos desafios para o Direito | 96 |
| 3.1. | Conceito de prova digital | 100 |
| 3.2. | Princípios subjacentes à prova digital | 102 |
| 3.3. | Das dificuldades na natureza da prova digital | 104 |

| | | |
|------|---|-----|
| 4. | O surgimento da prova digital e as suas derivações | 107 |
| 4.1. | Da prova documental, visual ou sonora, produzida pelo Skype | 108 |
| 4.2. | A mensagem de correio eletrônico | 108 |
| 4.3. | O ficheiro informático | 109 |
| 4.4. | O printscreen | 109 |
| 4.5. | Da prova documental, visual ou sonora, produzida pelas redes sociais, plataformas digitais, hangouts e Whatsapp | 111 |
| 4.6. | A fotografia digital, a gravação vídeo digital e a gravação áudio digital | 111 |
| 5. | A contratação eletrónica e a assinatura digital | 112 |

CAPÍTULO IV – TEORIA GERAL DA PROVA DIGITAL

| | | |
|--|----------------------|-----|
| | NO PROCESSO JUDICIAL | 117 |
|--|----------------------|-----|

| | | |
|---|----------------------------------|-----|
| § | Nota Introdutória ao Capítulo IV | 118 |
|---|----------------------------------|-----|

| | | |
|------|---|-----|
| 1. | A tutela do direito pelo direito processual civil e a importância da prova digital na atualidade | 119 |
| 2. | Do direito substantivo e processual civil aplicados, concretamente, à prova digital | 127 |
| 2.1. | Dos princípios norteadores do processo civil em matéria probatória, em concreto, do digital | 127 |
| 2.2. | Da prova e modos de prova digital a tipificar no processo civil | 130 |
| 2.3. | Disposições que indiciam a (in)admissibilidade ou limitação da prova digital | 133 |
| 2.4. | Da tramitação do processo judicial civil como uma necessária evolução digital: a preocupação na segurança da prova digital e o acautelar do seu desaparecimento | 135 |
| 2.5. | Da produção de prova digital | 139 |
| 2.6. | A força probatória, a livre convicção do julgador e a sua relação com o fim do processo | 139 |
| 3. | Das questões da prova digital no processo civil na ótica jurisprudencial | 141 |
| 4. | Da influência do processo civil nos restantes ramos do direito, em particular, o direito do consumo | 145 |

| | |
|---|-----|
| 5. Da insegurança da prova digital e modos de criação de uma teoria geral da prova digital que a permita mais próxima da segurança, fiabilidade e vinculação: discussão e indagação | 145 |
| 5.1. Dos problemas suscitados | 148 |
| 5.3. A blockchain como meio de prova e como via de tramitação eletrónica de atos processuais e a criação da obrigatoriedade de introdução da prova digital, em fase de saneamento, em sistemas de decomposição informática da prova | 151 |
| 5.4. A inversão do ónus da prova | 156 |
| 5.5. A exigibilidade (obrigatória) de inspeção judicial | 156 |
| 6. Soluções indagadas | 157 |
| 6.1. Soluções ao nível da tramitação eletrónica dos processos judiciais | 159 |
| 6.2. Soluções ao nível da gestão da vida eletrónico-digital nas livres relações comerciais, laborais e de consumo | 160 |
| 6.3. Soluções ao nível da prova, extrajudicial, na visão e na ótica da alteração da sua força probatória | 161 |
| 6.4. Da tramitação concreta do processo e da produção dos meios de prova | 162 |
| 6.4.1. Da segurança da junção de prova aos autos | 171 |
| 6.4.2. Da segurança ao nível da produção de prova nos autos: o caso específico dos meios de prova digitais | 172 |

CONCLUSÕES DO ESTUDO

| | |
|---|-----|
| Da criação de uma teoria geral da prova digital: do ónus da prova, às exigências para um melhor, e mais fiável, tratamento da prova digital | 183 |
|---|-----|

BIBLIOGRAFIA

JURISPRUDÊNCIA

| | |
|---------------------------------------|-----|
| Supremo Tribunal de Justiça (STJ) | 217 |
| Tribunais da Relação | 219 |
| Tribunal Europeu dos Direitos Humanos | 220 |
| Tribunal Constitucional | 220 |

SOBRE A AUTORA

221